

Agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP

Family agriculture and public development policies in the Ribeira Valley in SP

Aparecida Mendes Cardoso
Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

Submetido em: 09/09/2022
Aprovado em: 09/09/2022
Publicado em: 10/09/2022
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.351

RESUMO

Nesse artigo, buscou-se investigar a presença da agricultura familiar no Vale do Ribeira – SP e a evolução da participação dos agricultores e suas organizações cooperativas, com vistas a compreender os efeitos das políticas públicas na agricultura. As experiências vividas pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira demonstram a relação entre a agricultura contemporânea e o desenvolvimento sustentável, que se vinculam às políticas públicas e à agricultura familiar. Neste exposto tem-se como objetivo geral analisar como a produção da Agricultura Familiar pode se integrar ao desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP com vistas à valorização local, visando uma aproximação entre a agricultura familiar e as políticas públicas. Como objetivos específicos: Descrever possibilidades de articulação entre agricultores familiares e políticas públicas no Vale do Ribeira em SP. Como metodologia, adotou-se abordagem bibliográfica, tendo como universo da pesquisa a agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento na região do Vale do Ribeira – SP.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Vale do Ribeira.

ABSTRACT

This article sought to investigate the presence of family farming in the Ribeira Valley - SP and the evolution of the participation of farmers and their cooperative organizations, with a view to understanding the effects of public policies on agriculture. The experiences of family farmers in the Ribeira Valley demonstrate the relationship between contemporary agriculture and sustainable development, which are linked to public policies and family agriculture. This overview has as its general objective to analyze the production of Family Agriculture can be integrated into development in the Ribeira Valley in SP with a view to valuing location, aiming at an approximation between family agriculture and public policies. As specific objectives: Describe possibilities of articulation between family farmers and public policies in the Ribeira Valley in SP. As a methodology, a bibliographic approach was adopted, having a universe of research family agriculture and public development policies in the Ribeira Valley region - SP.

Keywords: Family farming. Public Policy. Ribeira Valley.

1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, buscou-se investigar a presença da agricultura familiar no Vale do Ribeira – SP e a evolução da participação dos agricultores e suas organizações cooperativas, com vistas a compreender os efeitos das políticas públicas na agricultura.

O Vale do Ribeira localiza-se ao sul do Estado de São Paulo, e seu território engloba 25 municípios e uma área de 18.075,27 km². Ele pode ser geomorfologicamente dividido em sub-regiões Baixo, Médio e Alto Vale. A bananicultura é uma das principais atividades econômicas da região, sendo uma importante base geradora de emprego e renda para seus municípios (CHIOTI, et al., 2020).

1

Deste modo, busca-se responder a seguinte questão: Como a produção da Agricultura Familiar pode se integrar ao desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP com vistas à valorização local, visando uma aproximação entre a agricultura familiar e as políticas públicas?

As experiências vividas pelos agricultores familiares do Vale do Ribeira demonstram a relação entre a agricultura contemporânea e o desenvolvimento sustentável, que se vinculam às políticas públicas e à agricultura familiar (MIRANDA; GOMES, 2016).

Carvalho, Cruz e Rozendo (2019) elucidam que a industrialização dos alimentos e os hábitos de vida feitos em um espaço cada vez menor de tempo fez com que se instaura um padrão industrial de produção e processamento, fixan-

do a ideia de que alimentos de qualidade são aqueles produzidos e processados em grandes indústrias, com isso os estabelecimentos familiares foram esquecidos e considerados como de baixa qualidade quase que instintivamente pelos consumidores.

A cadeia produtiva baseada no agronegócio da monocultura vem trazendo problemas econômicos, sociais e culturais aos países que o adotam, incluindo-se impactos na saúde pública, no ecossistema, na qualidade dos alimentos e no sustento das propriedades rurais (MARIN; NASSIF, 2013).

As mudanças climáticas, especialmente no século 21, têm promovido consequências significativas e de grande alcance na produção primária dos alimentos, decorrentes de processos naturais e antropogênicos, que afetam tanto o processo produtivo, como a vida humana (MARIN; NASSIF, 2013).

A necessidade de conscientização sobre a sustentabilidade surgiu principalmente para enfrentar a crise ecológica que vem alarmando o planeta, decorrente dos impactos que o ser humano causou e vem causando sobre o meio ambiente, trazendo problemáticas que podem afetar o equilíbrio e a sobrevivência das espécies em nosso planeta (MIRANDA; GOMES, 2016).

Em meio a toda esta calamidade, encontra-se o consumismo desenfreado, trazido pela globalização e pelo capitalismo, nos quais, no âmbito da alimentação, há o consumo de proteína animal que vem crescendo a taxas mais elevadas que o crescimento populacional (SANTOS; BATALHA; PINTO, 2010).

O pilar econômico relaciona-se aos assuntos de produção, distribuição e consumo, em que a eficiência produtiva e o crescimento econômico vislumbram recursos renováveis, diminuição da poluição. O pilar social diz respeito aos elementos que buscam a melhoria da qualidade de vida, da democracia e dos direitos humanos, sem afetar as relações de propriedade e recursos.

A sustentabilidade ecológica envolve o equilíbrio e a manutenção do ecossistema, no qual empresas, sociedade e natureza cogitam diminuir impactos ambientais para a conservação e manutenção de recursos (LOURENÇO; SCHNEIDER, 2022).

Neste exposto tem-se como objetivo geral analisar como a produção da Agricultura Familiar pode se integrar ao desenvolvimento no Vale do Ribeira em SP com vistas à valorização local, visando uma aproximação entre a agricultura familiar e as políticas públicas. Como objetivos específicos: Descrever possibilidades de articulação entre agricultores familiares e políticas públicas no Vale do Ribeira em SP.

Como metodologia, adotou-se abordagem bibliográfica, tendo como universo da pesquisa a agricultura familiar e as políticas públicas de desenvolvimento na região do Vale do Ribeira – SP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O território pode ser entendido como uma unidade que dimensiona os laços entre pessoas, grupos sociais e instituições, capazes de mobilizar iniciativas voltadas para o desenvolvimento, sob este prisma, a atividade turística é grande fomentadora da geração de emprego e renda (PEIXE, 2010).

É importante evidenciar a compreensão em torno do termo território, que segundo Souza et. al. (2015), pode ser compreendido como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Que, sob a ótica do autor, de uma forma mais abrangente e crítica pressupõe-se uma união das dimensões políticas, sociais e ambientais, flexibilizando a noção do território como:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de uma complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre o ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’), (os insiders) e os ‘outros’ (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, et. al, 2015, p. 86).

Nesse contexto, se faz necessário destacar que desenvolvimento territorial pode demandar uma descentralização político-administrativa. No entanto, o progresso do desenvolvimento de uma localidade dependerá das iniciativas a serem

tomadas com precisão, uma vez que o desenvolvimento territorial combina a descentralização com o desenvolvimento endógeno, possibilitando um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil.

É diante disso que este tipo de desenvolvimento tem como objetivo promover o planejamento, a autogestão dos territórios (rurais ou urbanos) e a dinamização da sua economia, através do resgate da ideia de espaço socialmente ocupado por grupos sociais distintos (PEIXE, 2010).

Davidovich (1989, p. 69) ressalta que o território “traz a ideia de determinado uso do espaço, consubstanciado em processos de apropriação e de controle, que demarcam áreas geográficas específicas”. Na utilização do território tem-se o desenvolvimento do agronegócio como um dos motores da economia brasileira.

A agricultura é tratada por diversos autores como a arte do cultivo da terra que decorre da ação do homem por meio de processos produtivos, objetivando a satisfação de necessidades básicas (SANTOS; 2010). Esse termo foi usado até pouco tempo para o entendimento da produção agropecuária em toda sua abrangência, mas a partir da década de 1990 passou por transformações e tornou-se ainda mais abrangente (PEIXE, 2010).

A agricultura é definida como a arte de cultivar a terra, é decorrente da necessidade do homem em suprir suas necessidades, através do processo produtivo, que segundo Santos (2008, p. 23) é o “[...] conjunto de eventos e ações por meio dos quais os fatores de produção se transformam em produtos vegetais e animais.” Entende-se como processo produtivo, o de preparar a terra, cultivar os vegetais, frutas e sementes, até a colheita, com a finalidade de alimentar os seres humanos e os animais.

Nesse sentido, o termo agricultura tornou-se insuficiente, considerando-se o fato de que hoje, para que exista a produção da agricultura e para que o resultado dessa produção chegue até o consumidor, é necessária uma gama de atividades sociais, agroindustriais, econômicas, industriais, administrativas e mercadológicas, entre outras, fazendo com que a produção agropecuária deixe de ser uma atividade apenas de agrônomos, agricultores e pecuaristas, passando a ser compreendida como agronegócio.

O aumento da população fez com que houvesse uma necessidade maior de plantar, para que fosse suficiente alimentar cada vez mais pessoas, nesse sentido a tecnologia avançou drasticamente a partir da sofisticação dos instrumentos de plantio como forma de facilitar o trabalho, bem como, na melhoria genética das sementes e plantas, com o intuito de aumentar a produtividade.

É possível avaliar que o agronegócio requer determinadas funções que o interligam formando um grande elo de processos. Por este motivo, as atividades desenvolvidas movimentam uma série de setores, que são afetados direta ou indiretamente.

Ocasionalmente reflexos plausíveis na indústria e no comércio. Considerando os dados apresentados, verifica-se que a cada ano o investimento em pesquisa e desenvolvimento aumenta. Isso está relacionado ao fato de que o setor de equipamentos agrícolas deve se adequar às necessidades dos clientes e do mercado; impulsionando o mercado do agronegócio brasileiro.

O agronegócio envolve uma cadeia de processos e atividades ampla, com grande efeito na economia mundial. Se calculado os valores, despendidos desde a compra dos insumos agrícolas até a distribuição, percebe-se que é o maior negócio do mundo, inclusive do Brasil.

Dessa forma, pode-se dizer que o agronegócio é peça fundamental para a economia mundial. Não só pelo valor monetário que gira em torno da produção e da comercialização agrícola, mas, pelo seu papel “social” na alimentação da população (SANTOS; 2010).

Nesse sentido, é possível verificar a relevância deste estudo tanto econômica, quanto social, fazendo-se importante trazer subsídio para que os empreendedores agroeconômicos possam melhor desenvolver suas atividades, sendo a informação um dos principais ativos para essa área.

3

O agronegócio faz parte da cadeia produtiva de produção de alimentos. No entendimento de Vial, Sette e Sellitto (2009), às cadeias produtivas envolvem todas as operações de produção e comercialização necessárias para que o processamento da matéria prima, até o produto, chegue no usuário final englobando tecnologias, estratégias, atividades diversas, desempenho e competitividade.

Para Abramovay (1997), a agricultura familiar é aquela na qual a propriedade, a gestão e a maior parte do trabalho vêm de pessoas que mantêm entre si, vínculos de sangue ou de casamento.

No Brasil, os agricultores familiares são definidos e caracterizados segundo a Lei nº 11.326/2006. Bialoskorski Neto (2006) argumenta que a agricultura familiar é um fator essencial em qualquer política de segurança alimentar no país, entre outras razões, pelo fato de que sua produção é majoritariamente provedora do mercado interno de alimentos.

Como definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), tanto em países em desenvolvimento, como em nações desenvolvidas, a agricultura familiar é a configuração dominante de agricultura na cultura de alimentos.

Atualmente, cerca de 70% dos alimentos que chegam às mesas são derivados das mãos dos pequenos agricultores. O setor carrega uma importante pilastra da agricultura mundial e por isso, em 2014, as Nações Unidas determinaram como tema basilar para debates, o desempenho dos pequenos agricultores no desenvolvimento rural (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

A agricultura familiar também é um setor-chave para a segurança alimentar da América Latina. No entanto, o setor enfrenta limitações significativas em aspectos relacionados ao acesso a recursos produtivos, serviços sociais, infraestrutura básica, serviços rurais, financiamento e extensão agrícola.

A porcentagem de pobreza em áreas rurais é quatro vezes maior que nas áreas urbanas e cerca de um terço das pessoas que moram no campo sofrem de pobreza extrema (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Quando se faz um relato sobre agricultura familiar pressupõe-se uma mudança na postura da assistência técnica, pois no molde tradicional o técnico é um grande entendido e especialista, diferente do que se propõe, do técnico ser um agente de desenvolvimento. É fato que atualmente a discussão sobre a agricultura familiar está ganhando uma maior legitimidade social, política e acadêmica, principalmente no Brasil.

Há um consenso no conceito de agricultura familiar, sendo o indivíduo que trabalha e vive no meio rural, atuando juntamente a sua família na agricultura (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

Em nosso país, segundo preceitos da Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar tem uma área de terras de até quatro módulos fiscais, tem negócio gerido pela família, a mão de obra é predominantemente da família e a renda é proveniente das atividades vinculadas ao meio rural.

[...] a agricultura familiar tem sua importância na capacidade de geração de renda e de absorção de mão de obra no campo, tornando-se meio eficiente na redução da migração do campo para a cidade, bem como na grande influência no que diz respeito à segurança alimentar e à preservação ambiental, desempenhando papel fundamental para o crescimento da economia da nação e para a melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas (AHLERT, 2017, p. 24).

Conforme mencionou o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, com melhor acesso a recursos produtivos, serviços rurais e uma máxima associatividade, a agricultura familiar pode acrescentar de maneira sustentável a produção e a produtividade, o que contribui para o progresso das práticas produtivas.

Para dobrar a potencialidade do setor, são imprescindíveis investimentos que transcorrem no acesso a recursos financeiros (créditos), acesso às inovações tecnológicas (maquinários, entre outros) e de melhoria da aprendizagem por meio da extensão rural.

Ressalta-se que o Governo tem promovido incentivos consideráveis para desenvolvimento do agronegócio, com acesso ao crédito e políticas públicas de incentivo às atividades, citando-se aqui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O IBGE (2009) aponta a agricultura familiar como representante de 84,4% das unidades de produção agrícola do Brasil, sendo fornecedora para o mercado nacional de alimentos importantes para a economia brasileira.

4

Em termos de desenvolvimento sustentável sob o espectro da agricultura familiar deve-se demonstrar o paradigma entre as duas linhas de discussão referentes a este desenvolvimento, sendo o antropocentrismo e o biocentrismo, as quais tratam da economia e da ecologia, respectivamente.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável parte do pressuposto da conciliação de um desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Referindo-se principalmente às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futuro (GASTAL *et al*, 2012).

Atividade econômica, meio ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apoia a ideia de

desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento rural está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico (BREITENBACH; TROIAN, 2020).

Fazendo uma relação entre agricultura familiar – desenvolvimento sustentável – organizações de produtores, pode-se ser dita como um conjunto de ideias que se associadas cria-se oportunidades para o sucesso da agricultura como um todo.

Diante disso, remete-se ao entendimento de que a escolha da agricultura familiar está relacionada com a multifuncionalidade dela, que além de produzir alimentos e matérias-primas gera uma maior ocupação no setor rural. Favorecendo desta maneira a associação com o desenvolvimento sob a necessidade de construir uma agricultura mais sustentável que considere os aspectos sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos.

Nesse contexto de relação entre o desenvolvimento territorial e a Agricultura Familiar é possível situar a valorização de ingredientes locais pela Gastronomia, posicionando-a como um agente transformador da realidade local (GASTAL *et al*, 2012).

Cruz e Menasche (2011) refletem sobre esse processo de valorização dos produtos locais afirmando ser perceptível um contexto de ansiedade urbana em relação à alimentação em paralelo à uma intensa mobilidade material e simbólica entre campo e cidade. Para as autoras, o que existe é uma demanda por alimentos associados a uma imagem idealizada do rural, gerando olhares cruzados sobre esses produtos.

A agricultura familiar se caracteriza pela integração vertical, apresentando alto grau de diversificação, na maioria das vezes direcionada para as necessidades alimentares da família, destacando o trinômio milho, feijão e soja.

Ao mesmo tempo em que o mercado dos produtos coloniais cresce de forma socioeconômica, a agricultura familiar passa por um intenso processo de erosão cultural de saberes transmitidos a cada geração. Além disso, a inserção nos mercados através de grandes agroindústrias leva à adoção dos colonos, sobre os termos da Teoria das Convenções (DORIGON; RENK, 2011).

Neste exposto, a agricultura familiar desde o início da colonização, se caracteriza pelas suas relações com o mercado e desde a década de 1980 as empresas agroalimentares excluíram parcela significativa dos agricultores desta integração, obrigando a buscar outras fontes de renda para a sua reprodução social, dentre estes os produtos coloniais.

Destacando-se que embora a agricultura familiar venha a ser rica em conhecimentos tradicionais, passa por um intenso processo de erosão cultural que é causado pela inserção nos mercados através de grandes agroindústrias e adoção das tecnologias vindas do mundo industrial (DORIGON; RENK, 2011).

Não deve o campo ser visto como um local somente de produção de mercadorias, tendo em vista que o rural precisa ser entendido como um grupo de fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais, que se caracterizam como uma diversidade regional no qual as formas de produção na agricultura se diferenciam no agronegócio e na agricultura familiar (DO NASCIMENTO E SILVA, *et al*, 2012).

A agricultura de base familiar é comercializada com a produção no mercado regional, buscando menores áreas de produção, estimulando a cooperação comunitária, fazendo do trabalho um modo de vida, diversificando as culturas e integrando-as com a pecuária.

Define-se que a agricultura familiar inclui elementos como posse da propriedade da terra, propriedade e controle gerencial, trabalho realizado pelo proprietário e sua família, importância da família para os rendimentos da agricultura, e a vivência da família no campo (DORIGON; RENK, 2011).

Tem-se como importância da produção familiar que se refletem em múltiplas funções da agricultura familiar e por isso deve ser valorizada, possibilitando o acesso a diversos tipos de alimentos, contribuindo de forma efetiva para o abastecimento de mercados regionais.

5

Portanto, a agricultura familiar é reconhecida como ator social responsável pela articulação rural urbana, sendo a principal expressão do modo de vida rural, com relevância na busca de um novo paradigma do desenvolvimento rural (DO NASCIMENTO E SILVA, *et al*, 2012).

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR NO VALE DO RIBEIRA - SP

A importância da agricultura familiar para a economia se refere aos tempos modernos, haja vista, antigamente a sua necessidade se resumia à subsistência para o produtor rural e sua família. Destaca Lamarche (1993, p. 15):

A exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho está intimamente ligado à família. E a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão de patrimônio e sua reprodução.

Percebe-se que de uma forma cooperativista, a agricultura familiar transfere a exploração da força individual para o grupo familiar, visando por meio da introdução do capitalismo novos aspectos econômicos, excluindo assim, o seu uso exclusivo para a subsistência.

Embora a agricultura familiar no Vale do Ribeira tenha relevância histórica, a agricultura precisa ser modernizada constantemente, no modelo de agricultura adotado nos anos 1960 e 1970, apresentaram facilidades concedidas pelo Governo Federal, como o crédito rural (API, 2021).

No entanto, seu papel econômico e social só foi reconhecido a partir da década de 1990, com a chegada do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na esfera federal, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (GOMES; ABREU, 2019).

No ano de 1955 foi implantado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo como objetivo garantir a merenda escolar aos alunos na educação básica que estão matriculados em escolas públicas.

O PNAE é administrado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que foi ampliado e melhorado pela Lei n. 11.947, de 16 de julho de 2009, que introduz a alimentação como direito do aluno e dever do estado (GOMES; ABREU, 2019).

Vale ressaltar que um dos objetivos do PNAE é promover melhores hábitos alimentares, de forma saudável e segura, assim como a importância à cultura e as tradições referente a cada região, este programa incentiva o desenvolvimento sustentável, os produtos que são consumidos pelos estudantes sejam alimentos variados que são produzidos na mesma região da escola ou próximo, de preferência pela agricultura familiar, dando uma maior atenção para os assentamentos, comunidades indígenas. (BRASIL, 2010).

O FNDE regula o programa e sua relação com a agricultura familiar, sendo definido o limite individual de venda para o agricultor familiar na comercialização para o PNAE é de R\$ 20.000,00/ano por entidade executora (GOMES; ABREU, 2019).

No Vale do Ribeira, a partir do acesso ao PAA e ao PNAE, houve uma emergência considerável de cooperativas, que desde o ano de 2014, atendem o Programa de Alimentação Escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo (CHIOTI, et. al, 2020).

Desde 2014, as cooperativas do Vale do Ribeira passaram a atender o PNAE, contribuindo para o fortalecimento cooperativista dos produtores familiares, o que resultou na criação de uma cooperativa de segunda geração, chamada Cooperativa Central do Vale.

Na região do Vale, a agricultura familiar possui papel importante no segmento da produção de bananas, em que no ano de 2017, o cultivo de bananas no Vale do Ribeira chegou à média de 22% da produção nacional, o que representa cerca de 89% da população paulista (CHIOTI, et. al, 2020).

6

Considera-se que as compras públicas de alimentos via PAA e PNAE promoveram múltiplas dimensões importantes para a vida dos bananicultores familiares.

Além da bananicultura, os municípios da região possuem baixos índices de desenvolvimento humano – IDH, posicionando o Vale como uma das regiões mais pobres do Estado (CHIOTI, et. al, 2020).

Consideram-se ainda três classes de díspares agricultores familiares a partir da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO/INCR): consolidados, em transição e de subsistência (CHIOTI, et. al, 2020).

Tais categorias se diferenciam a partir das características como organização e gestão do trabalho, bem como durabilidade dos recursos empregados e diversificação da produção (VEIGA, 2002).

Políticas públicas de incentivo à agricultura familiar devem atender às necessidades dos agricultores (BUAINAIN *et al* 2005), buscando transpor barreiras como dificuldades para tomada de crédito financeiro, comunicação deficiente, apoio para desenvolvimento da propriedade e cooperativismo e outros.

2.3 MUNDO RURAL E RURALIDADE

O mundo rural sofreu várias transformações com a entrada do capitalismo, mas sem perder sua importância. Nos tempos antigos o processo de produção rural tratava-se de uma forma de sustento e as relações de trabalho não se baseiam apenas nas leis de mercado e sim em trocas entre famílias, parentes e vizinhos. (MARTINS, 2001).

Com a entrada do capitalismo é sufocada a economia de subsistência, fazendo com que os trabalhadores rurais sejam inseridos no meio urbano como consumidores e em seguida expropriados de suas terras para viver e trabalhar na cidade em condições subumanas e escravistas.

Estes fatores se devem à ideia de modernização, onde a máquina virou símbolo desta época, provocando a mobilidade espacial dos agricultores e a busca de novos espaços de terra e de trabalho.

Com o avanço da modernização, a produtividade agrícola cresceu substancialmente, e com ela ocorreu a proliferação de empresas prestadoras de serviços no preparo de solo, colheita, pulverização, entre outras (MARTINS, 2001).

Enquanto isso, o espaço rural passou a ser valorizado pelas indústrias como meio de minimizar os custos devido à proximidade da matéria prima e obtenção de mão de obra não sindicalizada e mais barata. Além disso, também passou a ser procurado como forma de lazer e de moradia das famílias urbanas de classe média e alta.

Ressalta-se que o desenvolvimento econômico proporcionou o acesso dos trabalhadores rurais aos serviços na cidade, reduzindo a distância física e social entre as populações. Além disso, o campo deixou de ser somente espaço agrícola para se transformar em um ambiente de lazer para os moradores das cidades que procuram uma melhor qualidade de vida longe de congestionamentos e poluição urbanas. (WANDERLEY, 2014).

O fato é que essa modernização, as inovações tecnológicas provocam um avanço na sociedade ao mesmo tempo em que estimulam o consumismo excessivo. Existe uma disparidade de classe social, uma dependência dos mundos dominantes.

Consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão do mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão. (SANTOS, 2008, p. 24).

Esse fenômeno provoca uma mistura dos povos, raças, culturas, gostos, que se não fosse pelo interesse em produzir capital, seria um importante fundamento para transformações sociais e políticas. (SANTOS, 2008, p. 9).

Porém, o que ocorre é uma ruptura na identidade dos trabalhadores rurais, que se trata da interação do “eu” com o “outro” influenciando os valores, crenças e ideologias do indivíduo, como uma ação em sucessivo desenvolvimento e mudança constante, havendo um processo eficaz associado a mudanças em relação a tempo e espaço social de referência.

A ruralidade pode ser colocada então, como um processo rural ambivalente que envolve a construção de ruralidades no mundo urbano, havendo uma separação entre o imaginário e a realidade, como por exemplo, a festa junina no Brasil se trata de uma imagem urbana do rural, ou seja, uma ruralidade. (DE PAULA, 2001).

Desta forma entra em questão a identidade onde o rural e o urbano podem estar inseridos no mesmo ator social produzindo elementos urbanos no meio rural e ampliando o projeto de modernização. (MOREIRA, 2007).

Por fim, compreende-se que o termo “rural” não se trata mais somente de um espaço e sim expressa as relações sociais nela inseridas e “ruralidade” compreende um rural moldado socialmente.

Na época do Brasil Colônia, no século XVI, houve o crescimento da força do trabalho compulsória, em que a produção em larga escala atendia as necessidades das cidades que se firmavam como um canal de intermediação comercial e financeira dos produtos agrícolas e extrativos. (SINGER; SOUZA, 2000).

Entre os séculos XIX e XX o trabalho compulsório é substituído pelo trabalho livre, onde o modelo do colonato predomina na organização do trabalho rural, principalmente na produção cafeeira do país, que contribuiu para a chegada de indústrias na região Sudeste brasileira e para a divisão do trabalho entre cidade e campo.

No período do colonato o trabalhador rural recebia apenas uma parte de terra para produzir, sendo que a maior parte do que era produzido ficava para o proprietário. Além disso, eram deduzidos do trabalhador os demais serviços que ele utilizava na fazenda. (NORDER, 2006).

Já no final do século XX quando avançou a legislação trabalhista o colonato perdeu o espaço, surgindo três modelos de trabalho no campo, conforme destaca Veiga (2002, p. 15):

Os parceiros são trabalhadores que pagam pelo uso da terra com uma parte da produção recebida, como os colonos. Os arrendatários têm acesso à terra mediante o pagamento de um aluguel fixo, normalmente em dinheiro, ao proprietário. Logicamente, os lucros e riscos de produção são do arrendatário. Os assalariados caracterizam-se pela venda de sua força de trabalho em troca de uma remuneração em dinheiro e sua exclusão da participação da produção, a forma mais explícita de proletarização no campo. Os assalariados rurais diferenciam-se em relação à forma de pagamento (mensalistas, diaristas, tarefeiros) e ao tempo de contrato, permanente ou temporário.

Neste sentido, o capitalismo acaba por gerar uma oferta de mão de obra em grande escala, na qual o trabalhador raramente deixará o emprego, pois precisa do salário para sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se nesse estudo que os preços recebidos pelo PNAE impactam na renda familiar, tendo em vista a participação da comercialização de bananas.

Embora haja críticas sobre a ausência de comunicação entre políticas públicas, o PAA estimulou a organização social para que os agricultores participassem do programa e o PNAE, por outro lado, estimulou o aumento da qualidade dos produtos, visando entregar frutas nas escolas pontualmente.

Entende-se que a agricultura familiar é carente de disponibilidade de terra, regularização fundiária, assistência técnica, infraestrutura, acesso às políticas públicas, capacitação e profissionalização para o campo, dentre outros.

Deste modo, pode-se dizer que existe uma dificuldade dos agricultores por falta de conhecimentos técnicos em produção orgânica e os mecanismos de garantia e certificação. O fato de os agricultores não compreenderem a estrutura institucional das políticas públicas não permite maior efetividade na execução dos programas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. Seminário nacional de assistência técnica e extensão rural, 1997, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1997. p. 203-218.

AHLERT, E.M. **Sistema de indicadores para avaliação da ...** 24, n. 2, 2017.

API, E. A. Agrotóxicos e sua problemática na produção agrícola. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**. ISSN: 2675-9128. São Paulo, v. 07, p. 01-10, jun. 2021.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão do agronegócio**: textos selecionados. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

BIALOSKORSKI NETO, S. Gobierno y papel de los cuadros directivos en las cooperativas brasileñas: estudio comparativo. **Revista de Economía Pública Social y Cooperativa**, Valencia, n. 48, abr. 2006.

8

BRASIL, Agricultura familiar - **Lei 11.326** de 24 de julho de 2006.

BRASIL. **Lei n. 12.188**, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. D.O.U. 12 jan. 2010.

BREITENBACH, R.; TROIAN, A. **Permanência e sucessão no meio rural**: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.56, n.1, p. 26-37, 2020.

BUAINAIN, Antônio Márcio; MENDES, C. I. C. Free software, copyleft and trends intellectual property. **ANNUAL CONGRESS**, 4., 2005, Montreal. Proceedings... Montreal: Serici, 2005. p. 1-12.

CARVALHO, M., et. al, Carbon footprint of the generation of bioelectricity from sugarcane bagasse in a sugar and ethanol industry. **International Journal of Global Warming**, v. 17, n. 3, p. 235-251, 2019.

CHIOTI, R. E. Analysis of public purchases from family farmers with focus on the multifunctionality of agriculture: case studies in Vale do Ribeira / SP. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**. Porto Alegre, v.2, n.2, 2020 -abril/2020. ISSN2595-9387.

CRUZ, F. T. da; MENASCHE, R. Se o leite é cozido, o queijo não é serrano: tradição, conhecimento e discurso instituído no controverso debate em torno de queijos feitos de leite cru. Trabalho apresentado no **3º Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, 2011.

DAVIDOVICH, F. Gestão do território, um tema em questão. In: Encontro Nacional da ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, **Anais...** São Paulo: Anpur/FAU, 1989. V.2, p.69-79.

DE PAULA, Silvana. Quando o campo se torna uma experiência urbana. **Estudos Sociedade Agricultura**, n. 17, out. 2001.

DO NASCIMENTO E SILVA, et al, DO CAMPO À MESA: REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E GASTRONOMIA Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, vol. 17, núm. 3, setembro-diciembre, 2012, pp. 142-153 Universidade de Santa Cruz do Sul. 2012.

DORIGON, Clovis; RENK, Arlene. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101 - 113, jan./ jun. 20 11.

GASTAL F, LEMAIRE G. N uptake and distribution in crops: an agronomical and ecophysiological perspective. 2012. **J Exp Bot** 53:789–799. doi:10.1093/jexbot/53.370.789

GOMES, T. ABREU, L. Percepções De Agricultores Familiares E Técnicos Da Região Do Vale Do Ribeira (Sp) Sobre O Mercado Institucional. **Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v.26, n.4, out./dez. 2019.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores. Sociais. II. Série.** Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais, 2009.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

LOURENÇO, A. V.; SCHNEIDER, S. Características da agricultura orgânica no Sul do Brasil - evidências a partir do Censo Agropecuário 2017. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 165-190, 2022.

MARIN, F., NASSIF, D. S. P. Mudanças climáticas e a cana-de-açúcar no Brasil: Fisiologia, conjuntura e cenário futuro. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 17, n. 2, p. 232-239, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, J. de S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. Santiago do Chile: **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO**, 2001.

MIRANDA, D. GOMES, B. M. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, **Brasil. Soc. & Nat.**, Uberlândia, 28 (3): 397-408, set/dez/2016.

MOREIRA, E. Conhecimento tradicional e proteção. **T&C Amazônia**, ano 5, n. 11, p. 33-41, jun. 2007.

9 NORDER, Luiz Antonio Cabello. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 57-81.

PEIXE, R. G. A atividade turística como potencial de desenvolvimento territorial. Estudo de caso: município de Botuverá (SC). FURB. **Anais...** 2010.

SANTOS, A, C. A. **Avaliação de genótipos de cana-de-açúcar para as condições edafoclimáticas de Aparecida**

do Taboado – MS. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Ilha Solteira – São Paulo. 90p. Universidade Estadual Paulista. Ilha Solteira. 2008.

SANTOS, B. de S. **Refundación del Estado en América Latina:** perspectivas desde una epistemología del Sur. La Paz: CESU, 2010.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

SCHNEIDER, P. et al. **Classificação da aptidão agrícola das terras:** um sistema alternativo. Guaíba: Agrolivros, 2008. 72p

SINGER, P. SOUZA, A.R. **A economia solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000. 360p.

SOUZA, E. S. RAMOS, D. P.; HEINECK, D. T.; GOMES, R. M. Impacto das estruturas urbanas em relação à biodiversidade Amazônica. **Revista de Arquitetura IMED**, v. 3, n. 2, 2015.

VEIGA, I.P.A. Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). **Dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2002.

VIAL, Luiz Antônio Machado; SETTE, Tânia Cristina Campanhol; SELLITTO, Miguel Afonso. Cadeias produtivas-fo-co na cadeia produtiva de produtos agrícolas. **III Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí**, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.